

MULHERES, NEGRAS E GESTORAS: PORQUE SIM!

Letícia Godinho e Renata Souza-Seidl
Organizadoras

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro | 2021



MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v.2, n.1, p.95-108, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2013.

MORAES, Sumaya Mattar. Memória e reflexão: a biografia como metodologia de investigação e instrumento de (auto) formação de professores de arte. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 18., Salvador, 2009. **Anais [...]**. Salvador: Anpap, 2009.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras**: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v.22, n.3, p.445-456, 2010.

SILVA, Michele Lopes. **Mulheres negras em movimento**: trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Sheila dos Santos; MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues. Escritas de si e espaço biográfico – revisão teórico-crítica. 2016. **Memento**, Três Corações, v. 7, n. 2, 19 p., jul./dez. 2016.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Josenilton Marques da. **Reserva de vagas para negros em concursos públicos**: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013. Brasília, DF: Ipea, 2014. (Nota técnica, n.17).

SOUSA, Mariana Alves; BARBOSA, Maria Valéria. Mulheres negras ocupando espaços por meio de narrativas e “escrevivências”. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 33, n.2, jul./dez. 2020.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p.115-137, jun. 2011.

VOLPE, Ana Paula Sampaio *et al.* Igualdade racial. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise: n.20. Brasília, DF: Ipea, 2012. cap. 8, p. 313-367.

2

MACAÉ MARIA EVARISTO

Macaé Maria Evaristo dos Santos
Renata Souza-Seidl
Letícia Godinho

1. Origens

Eu nasci em 1965. Um ano depois do golpe, no interior de Minas Gerais, em São Gonçalo do Pará – um município bem pequeno, de 10 mil habitantes, com população de maioria branca e bastante conservadora. Minha família é uma das poucas famílias negras do município e eram muito pobre.

Meus avós tiveram apenas minha mãe. Eram agricultores, trabalhavam na roça, conseguiram comprar uma pequena fazendinha. A família do meu pai era do Quilombo do Pimentel, que fica na região de Pedro Leopoldo e Santa Luzia. Quando vão para Belo Horizonte, vão morar no Pendura Saia, favela que ficava na região Centro-Sul da cidade. Eles vão passar por todo o processo de especulação imobiliária, que tira as famílias negras que lá moravam, para entrar ali um bairro de classe média alta, que hoje é o Cruzeiro. Então, eu vim dessa conjuntura familiar.

Mãe: mulher não pode depender de homem

Minha mãe, Maria Antônia Cesária Evaristo, é professora formada no Magistério de nível médio. Estudou com muita dificuldade. Encontramos uma foto dela na escola primária; é a única menina negra da turma. Ela fez o magistério em Pará de Minas, único lugar onde foi aceita – porque, naquela época, mesmo que meus avós estivessem pagando seus estudos, algumas escolas não aceitavam pessoas negras.

Minha mãe sempre lutou muito e tinha uma meta para as quatro filhas. Construiu um projeto para todas nós: o projeto das filhas estudarem e serem emancipadas. “Mulher não pode depender de homem!”, era seu pavor. Porque, para meninas negras, principalmente no interior, quando a mãe ficava viúva e muito pobre, a sociedade também tinha um roteiro pensado: quando meu pai morreu, muita gente pediu à minha mãe para que nos desse. Mas minha mãe sempre respondeu: “Não! Não vou dar nenhuma das minhas filhas! Podemos viver de pão e água, mas vamos ficar juntas”. Dar as filhas para outro cuidar era muito comum. Na verdade, isso se transformaria em trabalho infantil, um “cuidado” em troca de trabalho.

Minha mãe persistiu muito e nós todas estudamos. Todas têm formação de nível superior, e duas, mestrado. Cumprimos o roteiro que a minha mãe planejou para nós, de termos nosso trabalho, sermos donas do nosso nariz, tocar nossa vida.

Pai: militante do movimento negro

De certa forma, também seguimos a tradição do meu pai, de ter um engajamento na luta antirracista. Para a gente, esse sempre foi um debate fundamental. Meu pai, Osvaldo Catarino Evaristo, era autodidata, aprendeu várias coisas sozinho: lia muito, pintava e fazia esculturas. Participou das aulas de artes livres dentro do parque municipal e também chegou a escrever no Jornal Estado de Minas.

Meu pai foi um homem negro, que, naquela época, vai escrever e fazer várias coisas. Foi militante do movimento negro em Belo Horizonte, participou da Associação Cultural José do Patrocínio, uma das primeiras associações negras daqui. Foi muito cedo como pracinha para a II Guerra, onde ficou surdo. Tinha um problema no ouvido por causa das explosões das bombas e há a suposição de que tenha morrido pelas coisas que aconteceram a ele lá.

A infância

Quando meu pai e minha mãe se casam, vão morar no interior. Minha primeira irmã morreu muito cedo, antes dos seis meses – éramos cinco filhas, na verdade. E eu vou ser criada no interior. Quando meu pai morreu, eu tinha dez anos e minha irmã caçula, um mês. Então, costumo dizer que a partir daí eu quebro a minha infância, porque passo a ter que assumir uma série de responsabilidades domésticas, em especial o cuidado das minhas irmãs caçulas. Eu tinha uma irmã com um mês e outra, que tinha que trabalhar. Minha mãe trabalhava, às vezes, de manhã, de tarde e de noite, e eu que cuidava. No tempo em que eu não estava na escola, estava cuidando da casa e da irmã caçula. Na adolescência, tinha gente que achava que minha irmã era minha filha.

Apesar de muita pobreza, de ter perdido o pai muito cedo, da família ter passado por muita dificuldade, mesmo tendo que ajudar na família e trabalhar, a infância no interior nos propiciou uma coisa muito legal, que é o encontro, a brincadeira. Como educadora, me incomoda o fato das crianças de hoje viverem emparedadas, sem possibilidade de expansão – que é uma coisa que vivi plenamente no interior. A gente tinha quintal, tinha rua, tinha praça. Era um lugar muito pobre, com esgoto a céu aberto, problemas de energia elétrica, de água; mas tinha espaço. Andei de pé no chão, subi em árvore, pude brincar e me divertir muito.

Do meu primeiro casamento eu tenho duas filhas, Mariana e Marina, duas mulheres maravilhosas. Mariana se formou em Direito e agora faz Letras para não fugir à regra da família de ser professora. Marina é intérprete de Língua Brasileira de Sinais e, agora, também faz licenciatura em Letras-Libras. Sobre afetos e relacionamentos eu falo na minha biografia¹. Se tem uma coisa que eu nunca desisti foi do amor. Com meu primeiro namorado, que é um homem negro e pai das minhas filhas, fui casada por 14 anos. Depois nos separamos e me apaixonei de novo várias vezes. Atualmente, estou em um relacionamento estável. Meu companheiro, Carlos Tibúrcio Crispim, conhecido como Marraia, é sambista e não é intelectual de óculos. Coloquei uma regra pra mim: nunca mais namore intelectual de óculos. Namore gente que gosta de música, de cantar, da noite e que te valorize como pessoa.

A religiosidade: o sagrado é um aspecto importante e forte, mesmo a gente querendo negar e abafar

Nós, as mulheres do meu núcleo familiar, por morarmos no interior vivemos um certo isolamento da família do meu pai – a cidade ficava a 120 km de Belo Horizonte. E, naquela época, década de 1960, por causa da pobreza, essa distância espacial era a mesma coisa que se morássemos

¹ SILVA, Jailson de Sousa; SILVA, Eliane Sousa. **Macaé Evaristo**: uma força negra na cena pública. Rio de Janeiro: Eduniperiferias, 2020.

na Austrália. Não tinha telefone nem rede social, a gente se via a cada dois anos. Para minha mãe, uma mulher do interior, sair de lá com quatro filhas e viajar para a capital era um acontecimento! Isso dá uma conformação diferente para o nosso núcleo familiar e isso teve um impacto na questão religiosa.

Por sermos de uma cidade do interior, bastante conservadora, minha mãe e minha avó eram católicas; portanto, essa foi a base religiosa em que fui criada. Minha avó era muito religiosa, minha mãe nem tanto; mas ia à missa, sempre contribuiu com as festas da igreja. Somente descobri e me reaproximei das religiões afro-brasileiras, do Candomblé e da Umbanda, muito depois de sair da minha cidade natal. Hoje, consigo olhar para trás e enxergar a opressão e o racismo religioso do interior. Consigo ver como as mulheres negras do Candomblé eram vistas na minha cidade. Eram como mulheres que você deveria temer, com quem não deveria conversar, nem frequentar suas casas. Me lembro de uma senhora chamada Maria Baiana, que andava toda de branco e de turbante, uma mulher bonita e elegante. Não sabia o porquê, mas as pessoas falavam que a gente tinha que ter medo dela.

Outra história triste da minha cidade, é de uma senhora que foi expulsa por conta do adoecimento de uma menina jovem, pertencente a uma família rica da cidade. A menina sofre um acometimento, que ninguém sabia dizer o que era, e morre. Então, uma pessoa acusa essa senhora, uma mulher negra, de ter feito um feitiço e causado a morte da menina. Vários homens na cidade se reúnem, vão até a casa dessa senhora negra. Ela é tirada da sua casa e vai apanhando pelas ruas da cidade; eles a obrigam a ir até o cemitério para procurar o feitiço supostamente enterrado, onde acham um terço. A mulher é levada até o trevo da cidade, tiram sua roupa e a deixam lá, proibindo de voltar à cidade. Essa cena, não me contaram; eu vi, devia ter uns sete anos. Então, consigo compreender o pavor que as pessoas e as famílias negras tinham. Elas tinham que se desprender! Quando você está numa situação minoritária, tem que abrir mão das suas tradições e da sua religiosidade. E, claro, aderir à religião do opressor. Era a única forma de se salvar naquela conjuntura. Isso aconteceu em Minas Gerais, na década de 1970, a 120 quilômetros de Belo Horizonte.

Quando a gente fala da religiosidade, tem também muito desse processo de opressão nas nossas vidas. Mas, também, posso dizer que hoje sou mais próxima do Candomblé. Não sou iniciada, mas tenho uma filha que é. As novas gerações estão nos reconectando com essa espiritualidade, que hoje é forte e presente. A forma como a gente se relaciona com o sagrado é forte, mesmo querendo negar, abafar. É possível ver no ambiente de outras famílias: minha primeira sogra é católica e super religiosa; mas é benzedeira, foi parteira, e os netos agora começam a manifestar

também essa espiritualidade. Uma força que é inegável. Você pode tentar silenciar, mas ela vai emergir, e com força.

2. Na escola: a educação como divisor de águas

Eu sempre tive boas professoras, elas têm sido minha grande inspiração. Eu me lembro de todas as professoras que tive nos anos iniciais do Ensino Fundamental, cada uma com sua peculiaridade. Lembro da professora que me alfabetizou; da minha professora do segundo ano primário com quem aprendi tudo que sei de matemática. Da minha mãe, que foi minha professora no terceiro ano. Da professora da quarta série que adorava literatura, nos fez ler os livros do Orígenes Lessa e depois nos levou para conhecer o autor – o máximo para a gente, a coisa mais chique e maravilhosa! Também na Universidade Católica, cursando Serviço Social, tive mulheres maravilhosas como professoras. Todas inspiraram minha atuação, o que penso sobre educação e a forma como a encaro. A educação é, para mim, um divisor de águas, marca fortemente minha trajetória.

Minha trajetória escolar acompanha a expansão da escola pública, porque quando fiz os anos iniciais do Ensino Fundamental, somente esses eram públicos. Quando fui para a quinta série – o Ginásio, como era chamado na época – o ensino público ainda não era universalizado. Havia as escolas das comunidades, da Rede Cenecista², uma espécie de cooperativa, em que as famílias pagavam para as crianças estudarem. Quando chego ao quinto ano do ensino fundamental, a escola era comunitária. Logo depois os anos finais será estadualizado. Da mesma forma, quando chego ao Ensino Médio, ainda não era em uma escola pública, mas da comunidade; estudo um ou dois anos, para depois também se estadualizar. Minha mãe, que era professora, fez parte dessa história, lutando para a expansão do ensino público na minha cidade. Minha mãe achava que eu devia fazer dois cursos no Ensino Médio, que só o Magistério era pouco, já que eu queria continuar a estudar depois. Então, fiz o curso técnico em Química, em uma escola privada de Divinópolis; e o Magistério, na escola noturna, na minha cidade.

A vivência escolar do ponto de vista da ausência e da solidão da mulher negra

Da mesma forma que minha mãe, a minha vivência escolar foi bastante solitária, do ponto de vista da presença negra na escola. A maioria das crianças que frequentava a escola era de

² A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (Cnec), fundada por Felipe Tiago Gomes, é uma rede educacional filantrópica, surgida em 1943, para atender crianças e jovens que não possuíam ofertas de estudos pelo poder público ou não tinham condições financeiras para ingressar em colégios privados, sobretudo em regiões interiorizadas do país. O modelo envolvia a comunidade na construção do projeto.

famílias brancas. Ser uma criança negra na escola é difícil. Você vai ser chamado de “cabelo de bombril”. Para isso, minha mãe tinha uma pedagogia muito própria: ela nos ensinava a fazer *bullying* com as pessoas brancas, como mecanismo de defesa. Falava: “Se te chamarem de ‘cabelo de bombril’, você chama de ‘macarrão da Santa Casa’”. Eu choro de rir até hoje. “Se te chamarem de ‘nega, fedorenta’, você fala assim: ‘calango da barriga branca’”. A minha mãe ensinava a gente, nessa ordem: primeiro, a nos protegermos; depois, a como responder: “Você não vai aceitar. Vai responder na mesma moeda”. Acho que eu posso fazer um livro como o da Márcia Tiburi: em vez de *Como Falar com um Fascista*, vou escrever *Como as crianças podem se defender do racismo*. A gente precisa ensinar às nossas crianças estratégias, mecanismos de resposta a essas situações de racismo, porque na infância isso é terrível, mexe com sua autoestima. No geral, as professoras não faziam nenhuma intervenção. E quando faziam, diziam assim: “Por que você está achando ruim? Você é nega mesmo!”, legitimando o algoz. É um processo difícil para uma criança operar isso, dar conta de elaborar essas situações.

Depois, na adolescência, surge com muita força outra questão: a da solidão da mulher negra. Ser uma mulher negra, em uma cidade do interior de maioria branca, é não ter a possibilidade de viver a sua adolescência, tanto do ponto de vista da sua sexualidade, quanto de viver o amor romântico. Você não encontra pares para exercer isso. Você não será vista como uma pessoa “aceitável” do ponto de vista de uma mulher com quem se pode relacionar. O amor romântico, se é que serve para alguém, não é pensado para nós, não está posto para nós. Eu tinha muitos amigos na adolescência; andava com os homens, mas era uma relação de amizade. E é isso de que lembro. Não tive uma relação de romance, eu não estava no universo “namorável” para esses meninos. Eu era a amiga legal e divertida. Então, na adolescência, as meninas negras sofrem imensamente com isso; torna-se um lugar de silenciamento, de ocultação, de sublimação. O ideário de relacionamento na sociedade brasileira é profundamente marcado por um conceito de heteronormatividade branca. A gente lê milhares de livros na nossa adolescência, indicados pelas escolas, inúmeros são romances. Quem são os personagens? Não tem uma mulher negra como personagem de romance que seja amada. Eu era uma leitora compulsiva; li muito na minha adolescência, mas nunca encontrei essa mulher nos livros de literatura. Não tinha um filme que tivesse casais negros. Isso na adolescência também contribui para que esse processo seja doloroso. A gente não existe. E quando existe, é numa situação de subalternidade e de humilhação constante.

O que se pode encontrar em uma mulher negra é uma grande tentativa, em geral, de exploração e apropriação do seu corpo. Você vai sofrer assédio, vai ser chamada a se prostituir, a vender seu corpo. Não vai ser reconhecida do ponto de vista da sua humanidade. Hoje, uma parte da juventude negra consegue traduzir e falar sobre isso, principalmente nas redes sociais. Muitas

blogueiras negras que estão construindo uma forma de elaborar essas questões; mas isso não existiu para a minha geração.

3. Fora das fraldas: o início da trajetória profissional, universitária, pessoal, tudo junto.

Em 1982, após me formar no Ensino Médio, surge a pressão: eu queria continuar a estudar, mas tinha uma questão objetiva, ter condição para estudar. Minha mãe não tinha a menor condição de pagar a faculdade para as quatro filhas. Assim, no ano seguinte, vou participar de vários processos seletivos para arrumar um emprego.

Na minha cidade, a oportunidade de emprego que existia era trabalhar em uma fábrica de fraldas. Na seleção, dobro fralda pra caramba, mais que muita gente que estava comigo. Mas na hora de ser escolhida, sou preterida – nem precisa perguntar o porquê. No final desse mesmo ano, 1983, surge um concurso para professor na prefeitura de Belo Horizonte e faço a inscrição. Sou aprovada e muito bem classificada. Em março de 1984, sou nomeada e começo a trabalhar como professora da rede municipal de Belo Horizonte, em uma escola no Bairro Tupi, zona norte do município. Até me estruturar, vou morar com uma tia; depois, em uma república. Minha meta era: trabalhar para pagar o cursinho, para poder fazer o vestibular e o curso superior.

A experiência na universidade

Minha mãe queria que eu fizesse Medicina, era seu grande sonho. Já eu queria fazer Farmácia, era modinha na minha época. Mas quando chego em Belo Horizonte, vejo que precisaria ter um conhecimento mais sólido e uma vida mais estruturada para disputar uma vaga na Universidade Federal, em condições de igualdade. Faço o vestibular na UFMG, passo bem na primeira etapa, mas não entro para o curso de Farmácia, por uma diferença milimétrica. Então, minha opção era fazer Serviço Social na PUC³. Ainda bem que eu fiz, fui muito feliz! Tinha muito mais a minha cara.

Quando entrei na universidade, em 1985, passo a estudar de manhã e trabalhar à tarde. Naquela época, não tinha metrô; eu pegava um ônibus. Eu chegava cedinho na PUC, estudava até 11h30, saía enlouquecida para chegar no Bairro Tupi. Houve época em que eu precisei trabalhar no chamado “turno da fome”.

Naquele momento, faltava tanta vaga para estudantes nas escolas públicas, que elas tinham três jornadas diurnas: das 7 às 11, de 11 às 15, e de 15 às 19 horas. O “turno da fome” se chamava assim, porque você não tem horário de almoço: começa a trabalhar às 11 e vai até as 15 horas. No

³ Pontifícia Universidade Católica da Minas Gerais.

geral, a gente trabalhava em dois horários. Foi muita luta para a gente desmontar essa estrutura, e avançar na construção das escolas nas comunidades.

O ativismo como parte da trajetória

Meu primeiro contato com o ativismo político vai se dar no interior, no âmbito dos movimentos de igreja, com as Comunidades Eclesiais de Base (Cebes), as pastorais de juventude e os agentes de pastorais negros. Na minha cidade do interior tinha muitos grupos de jovens que me despertaram para a política. Ainda na adolescência, ganhei de um amigo um livro maravilhoso que se chama *Si me permiten hablar*, um livro sobre a história da líder Domitila Barros Chungara, que foi uma líder operária, muito humilde e que trabalhava na mineração. Ela vai travar uma grande luta na Bolívia e dedicar toda sua vida à luta pelos direitos das pessoas na mineração e pelas famílias pobres. O livro me marcou profundamente, porque era a história de uma mulher do povo, sobre a luta contra o imperialismo e a organização das mulheres.



Macaé no Conselho dos Secretários Estaduais de Educação, 2018.

Crédito: Luiz Rocha

Minha trajetória começa com esse grupo de jovens, conhecendo pessoas e acessando leituras que me traziam uma visão de mundo mais ampla. Do ponto de vista familiar, meu pai era ativista, mas convivi pouco com ele. Depois, relacionei-me com minha prima, a Conceição Evaristo. Ela conviveu com meu pai na juventude e me contava muitas coisas sobre ele que eu não sabia. E tinha a minha mãe também, professora, com suas lutas pelas melhorias das escolas da minha cidade e para a gente estudar.

Quando venho para Belo Horizonte, me torno professora na periferia, começando a ver milhares de situações de desigualdade de acesso. Começo a trabalhar, em 1984, na Escola Sebastiana Novais, bairro Tupi, região Norte, um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano da cidade, onde muitas crianças ainda ficavam sem escola. Quando se fala em dormir na fila, era literalmente isso ou ficar sem vaga. A quinta série era a pior; não tinha mesmo

para todo mundo, muita gente ficava sem escola. Era um *deficit* de vagas absurdo para o Ensino Fundamental.

Vamos localizar isso do ponto histórico. O desmonte da escravidão no Brasil se faz penalizando as pessoas que tinham sido escravizadas. Quem teve reparação foram os proprietários, os escravizadores. A população negra não teve acesso à reforma agrária, a nenhum tipo de financiamento público e foi proibida de estudar. Decretos ainda da época da monarquia, do final do século XIX, proíbem a escolarização de pessoas negras. A primeira Constituição da República proíbe a escolarização de pessoas negras. Pessoa negra podia estudar só se tivesse mais de 14 anos, no período noturno, e se o professor aceitasse. Então, essa situação permanece até o final do século XX. Isso é importante para a gente entender o que é o racismo estrutural, a perversidade da desmontagem do sistema escravista no Brasil e a maneira como o Estado vai ser, o tempo todo, utilizado de uma forma patrimonialista.

Mas no pós-ditadura militar e no pós-Constituição de 1988, que vai ser um marco, não dava mais para os governos se omitirem. A constituição estampa o direito à educação; e garante aos povos indígenas, uma educação específica e diferenciada. Um pouco antes, ainda no contexto da ditadura militar, da luta pela redemocratização, vou começar a participar de uma série de movimentos. Eram várias as agendas nos territórios, junto às associações de moradores, em que a gente se organizava para lutar por melhorias para a comunidade. Na época, participei, por exemplo, dos mutirões de construção das casas do Jardim Felicidade. Também, de grupos de trabalhadores da área de saúde e da educação. A gente buscava ampliar o acesso à educação, eleger diretor de escola, ter colegiado. As diretoras eram indicadas por políticos, e as poucas vagas que havia nas escolas eram direcionadas para as pessoas que chegavam com o cartão do vereador ou do deputado. Então me engajo no movimento popular, tudo ao mesmo tempo: dando aula, estudando na PUC, namorando, tendo filho, enfim, tudo junto.

Na PUC, vou me encontrar não só com o movimento estudantil, mas também com o MNU – Movimento Negro Unificado, e o Grucon, que era o Grupo de União e Consciência Negra, do qual vou participar. Também vou conhecer os APNs, que eram as Associações de Pastorais Negras, fortemente organizadas em Belo Horizonte. Esses grupos vão ser muito importantes nesse início da minha formação, no meu despertar para um olhar para além da trajetória individual, para a necessidade da gente se engajar nas lutas coletivas. Esses encontros vão se articular à minha atuação comunitária no Bairro 1º de Maio, Tupi e no Jardim Felicidade; no movimento negro da universidade, também me encontro com vários padres Jesuítas que tinham trabalhos de base, trabalhos comunitários na mesma região em que eu trabalhava.

Nesse contexto, passo a conhecer a luta antirracista de uma maneira mais orgânica. À medida que você vai participando, vai discutindo e percebendo que o engajamento no movimento social é educador. Aqui, lembro do livro da Nilma Lino Gomes⁴: *Movimento Negro Educador*. É o movimento que educa, como diria o Paulo Freire; ele nos educa e educa a sociedade, traz à tona esses temas, para denunciá-los e forçar a construção de políticas públicas de superação dessas situações.

Na PUC me encontro também com a política. Na Faculdade de Serviço Social, conheci o Patrus Ananias⁵, que foi meu professor. Vou ter contato com vários nomes que lutaram contra a ditadura, que estavam envolvidos em um novo cenário político e na construção do Partido dos Trabalhadores (PT). Vivo toda a efervescência do começo do Partido, as primeiras eleições do PT em Belo Horizonte e o envolvimento com essa pauta. Além disso, é da minha geração do Serviço Social que vai emergir todo o debate sobre o Sistema Único de Assistência Social. Sou da geração que vivenciou o debate, a luta e a construção de várias políticas sociais nos governos do campo democrático e popular, do Partido dos Trabalhadores.

4. A trajetória profissional: mulher, negra e gestora pública

Minha trajetória tem um diálogo profundo com o meu fazer profissional. Fui traçando meus caminhos em função das pautas em que acredito. Olho para trás e penso que fui muito feliz, porque sempre trabalhei em escolas e projetos com os quais tinha identidade, sintonia, uma proposta de educação progressista, emancipatória, freiriana. Eu acredito nessa educação e tento levar essa concepção para todos os lugares onde vou. Por isso, cada vez mais, fui fazendo a opção de me implicar em projetos dessa natureza, de trabalhar em escolas de periferia, estar perto das comunidades, trabalhar junto às associações comunitárias, mesmo que fosse com uma agenda na escola e outra militante, depois do horário de trabalho, no sábado ou domingo.

Em 1984, ingressei como professora da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Trabalho muitos anos como Professora Regente de alfabetização de crianças, jovens e adultos. Depois, assumo alguns lugares de Coordenação Pedagógica em escolas. Fui eleita Diretora da

4 Pedagoga, professora da Universidade Federal de Minas Gerais e primeira mulher negra do Brasil a se tornar reitora de uma universidade pública federal, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em 2013. Em 2015-16, foi Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, no governo Dilma Rousseff.

5 Professor aposentado da PUC-Minas e político brasileiro. Foi vereador e prefeito de Belo Horizonte, deputado federal, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (governo Lula) e Ministro do Desenvolvimento Agrário do Brasil (governo Dilma Rousseff).

Escola Estadual Edson Pisani, a escola da Vila Fátima que fica na comunidade do Cafezal, bem lá dentro do aglomerado da Serra⁶.

Trabalhei também em um dos primeiros programas de alfabetização de adultos, instituído na década de 1990, em Belo Horizonte. Começou com a alfabetização das mulheres que trabalhavam na varrição de rua pela SLU⁷. A maioria era analfabeta e a prefeitura resolveu instituir um programa de alfabetização de adultos para elas, o que foi incrível. Significava alfabetizar uma mulher e ela lhe dizer: “As pessoas sempre me perguntaram onde era a rua dos Tupinambás; há anos, eu varro todos os dias a rua dos Tupinambás e não sabia informar. E, hoje, li a placa *Rua dos Tupinambás*”. Então, é isso: o direito à educação, à diversidade é o direito a compreender o lugar em que você está.

Outras pautas vão entrando, como a do combate ao racismo na educação. No início dos anos 1990, nós conseguimos criar o Núcleo de Gênero e Raça dentro da Secretaria de Educação. Talvez essa tenha sido a primeira iniciativa do país, muito antes da Lei 10.639⁸. Em 1990, Belo Horizonte constituiu um grupo com as professoras Nilma Lino Gomes, Rosa Vani e eu. Fomos procurar o Miguel Arroyo, que era Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Educação, para dizer a ele que não era possível trabalhar a Escola Plural sem considerar as desigualdades educacionais provocadas pelo racismo que ainda existiam dentro das escolas. E a gente defendeu então que dentro da Secretaria de Educação houvesse uma área para pensar essas políticas. Ele nos pede para fazer um projeto – a proposta de criação de um Núcleo de Gênero e Raça para a educação. E a gente consegue instituí-lo, pela primeira vez, dentro da Secretaria de Educação.

Em 1997, em função da minha experiência como Professora e como Diretora da Escola Municipal Edson Pisani, fui chamada para trabalhar no primeiro programa de implementação de

6 O Aglomerado da Serra é a maior favela de Minas Gerais, localizada na Zona Sul da capital Belo Horizonte.

7 Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte.

8 A Lei 10639/03 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, ao incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”.



Foto de Acervo Pessoal. Ano: 2017.

Crédito: Acervo pessoal

escolas indígenas de Minas Gerais, com um curso de formação de Magistério para professores e jovens indígenas, selecionados por suas comunidades. Era uma articulação entre a Fundação Nacional do Índio, o Instituto Estadual de Florestas, a Universidade Federal de Minas Gerais e a Secretaria de Estado da Educação. Parte dos formadores do curso eram professores da universidade; mas, quando começaram o curso, sentiram falta de gente com experiência em escola de educação básica. Então, foi montada uma equipe só com esses professores, coordenada pela professora Lucinha Álvarez, hoje professora da Faculdade de Educação da UFMG. Ela me chama para compor a equipe que iria formar os primeiros professores.

A gente já entra no curso “causando”: era uma formação de professores indígenas, e estava na legislação que devia ser uma experiência específica e diferenciada; mas os professores preparavam um curso igual para todo mundo. E a gente chegou dizendo: “Olha, mas Xacriabá é Xacriabá, Pataxó é Pataxó, Maxakali é Maxakali, Krenak é Krenak. Pode ter uma linha geral, mas a gente precisa individualizar, de forma que a conversa faça sentido pra cada uma das etnias”. Enfim, iniciei o trabalho com a educação escolar indígena e vou seguir militando nesse campo. Já tem pelo menos 20 anos que estou nessa jornada da educação indígena. Atuei aqui em Minas, na Bahia, no Mato Grosso do Sul e no Acre. Trabalhei com os Ticuna no Amazonas. Os cursos começaram a acontecer no país inteiro, alguns, por iniciativa da articulação de instituições governamentais; outras, por iniciativa do próprio movimento indígena.

Em 2003, com o governo Lula, o coordenador desse programa em Minas vai ser chamado para montar a primeira coordenação para pensar a educação indígena no Ministério da Educação (MEC). Então ele me indica para assumir a coordenação e a articulação do programa aqui em Minas Gerais. Não foi um período fácil, porque lá no governo federal estava entrando o Lula; aqui, no governo estadual, o Aécio. Viam nosso grupo como “*todo de esquerda*”, “*tudo petista*”. Aquelas coisas de início de governo. Enfim, o desafio naquele momento era garantir a manutenção do programa e avançar na criação de uma Licenciatura Intercultural Indígena na UFMG, com o apoio do MEC. Enfrentamos inúmeras dificuldades, mas conseguimos viabilizar o curso. Fico nesse programa, por pelo menos mais uns dois anos, até se iniciar a primeira turma de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena.

Vou para a Secretaria de Educação, a convite da Professora Maria do Pilar, em 2005, para ser sua assessora. Depois, vou gerenciar a política educacional, como Secretária Municipal de Educação, de 2009 a 2012. Quando deixo a Secretaria, sou convidada para cuidar da área de educação escolar indígena, educação para as relações étnico-raciais e a educação do campo no MEC. Primeiro, atuo como diretora dessa área; depois, sou chamada para assumir a Secretaria Nacional de Diversidade e Inclusão (Secadi) de 2012 a 2014.

Eu vivi a Secadi muitos anos antes dela existir de fato. Do ponto de vista do movimento popular, a gente fez a Marcha dos Zumbis dos Palmares⁹ e a articulação para a Conferência de Durban¹⁰; vi o Lula aprovar a Lei 10.639/2003. A Secadi foi criada a partir de uma pressão dos movimentos negro, indígenas, movimentos do campo, da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a fim de que o Ministro da Educação, na época Cristóvão Buarque, criasse no MEC uma Secretaria para tratar dessa agenda da diversidade e inclusão. Porque, até então, só tinha a Secretaria de Educação Básica (SEB), no MEC, que cuidava da educação de uma maneira geral; e, como tudo o que é universal – mais ou menos como roupa de tamanho único – não dava conta das especificidades.

Em 2013, vou me tornar Secretária da Secadi, em um momento muito tenso. A secretaria foi criada em 2004, naquela efervescência das políticas de diversidade e de novas narrativas. Mas, em 2013, a Secadi já estava na linha de fogo da agenda conservadora porque fazia políticas para diversidade sexual, quilombolas, indígenas, educação de jovens e adultos e combate ao racismo. É nesse momento que o Deputado Marco Feliciano vai ser eleito Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

A experiência de ser gestora em Brasília foi muito importante. É um outro universo ser gestora municipal e ser gestora nacional, porque são níveis de conflitos, disputas e enfrentamentos de naturezas muito diferentes. Em 2014-2015, Dilma é reeleita Presidente do Brasil. O Cid Gomes assume o Ministério da Educação e me convida para continuar como Secretária, mas também recebo o convite do Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, para ser Secretária de Estado de Educação. Minha opção é voltar para Minas Gerais, porque minha família estava aqui. No Ministério da Educação, estava uma tensão muito grande com o Congresso, com os grupos conservadores ganhando musculatura; a gente enfrentou as manifestações de 2013. Mas tinha no Ministério da Educação um projeto, uma proposta e um pensamento educacional progressista, em sintonia do ponto de vista da construção de uma agenda.

9 A Marcha Zumbi dos Palmares aconteceu em 20 de novembro de 1995, aniversário de 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência escravista e da consciência negra no Brasil. A marcha reuniu 30 mil pessoas em Brasília para denunciar o preconceito, o racismo e a ausência de políticas públicas para a população negra brasileira. Na ocasião, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu a marcha e assinou o decreto que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, primeiro passo para o reconhecimento das injustiças históricas sofridas pelo povo negro e sua inscrição na agenda política do governo brasileiro. A marcha abriu caminho para que, no ano seguinte, fosse realizado o seminário internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”¹, cujo debate foi central para a posterior formulação das políticas de ação afirmativa no Brasil.

10 A Conferência de Durban foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU, entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, África do Sul.

Quando venho para Minas Gerais, também é um momento tenso e uma conjuntura totalmente diferente, um pouco sem identidade. E já chego com uma “pedreira”, o desmonte da Lei 100¹¹. Tenho que fazer concurso público e nomear professores; ou seja, chego com uma estrutura dissolvida. Um esforço imenso. Não posso reclamar, a gente tem que trabalhar, ter resultado, mas foi muito difícil. O estado de Minas Gerais vivia uma dificuldade histórica: completamente falido e com uma estrutura imensa. A Secretaria de Educação estadual tem um número de funcionários que nos faz pensar que deve ser a maior empresa do mundo. E uma estrutura operacional, arcaica, burocrática, morosa e conservadora. Os desafios foram grandes: instaurar uma política de participação, de escuta e de produção de diálogo. Então, na minha gestão como Secretária de Estado de Educação, será a primeira vez que vai ter uma indígena coordenando a área de educação indígena dentro da Secretaria; a primeira vez que tem alguém do campo coordenando uma área de educação no campo. Essas pessoas vão enfrentar muitos embates, dificuldades e preconceitos. Todo dia foi se trabalhando para desconstruir uma relação historicamente muito ruim, agressiva, das estruturas centrais das burocracias do estado com as escolas.

Em todos esses lugares, vou ser a primeira secretária negra: racismo e racismo estrutural

Pessoa negra vai sofrer racismo; toma uma dose todo dia. Então, se eu sofri racismo? Sim. Pela invisibilidade, pelo não reconhecimento do meu lugar e também por manifestações explícitas. É preciso falar do racismo junto com o machismo. A gente está falando e os homens passam por cima da gente. Primeiro você fala, ninguém dá ouvidos. Passa dois minutos, um homem fala e: “Nossa que ideia original!”. Ou a pessoa vem contar para você a ideia que você mesma deu, como se fosse dele, achando o máximo.

Quando eu era Secretária de Educação em Belo Horizonte, o chefe de gabinete, que era um homem branco, um dia me falou: “Macaé, é tão estranho! Eu não te vejo como mulher”. Fico pensando no porquê de ele não me ver como mulher: por que uma mulher não podia ser alguém hierarquicamente superior a ele? Por que era uma mulher *negra* hierarquicamente superior a ele? Ou, então, não me via como mulher por que não podia gostar de uma mulher negra? Obviamente, o que ocorre em nível pessoal é pesado. Tento passar por esses espaços e não carregar essa estrutura violenta para mim. Gosto da leveza, da alegria e de festa, não quero perder minha essência para estar nesses lugares. Mas quando se faz política educacional, o enfrentamento do racismo é

11 A Lei Complementar Estadual 100/2007 admitiu quase 100 mil servidores sem cargos públicos, dos quais cerca de oitenta mil sem a observância de concurso público. Em 2014, um ano antes do início do governo Pimentel, ela foi considerada parcialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.876, tornando nulo o provimento de cargo efetivo.

na burocracia. Porque na burocracia, o racismo e o machismo não estão somente te atingindo; estão atingindo milhares de pessoas que estão com você. Por exemplo: você faz uma política para comprar *kits* de literatura para serem colocados nas mochilas dos estudantes, cada um vai ganhar livros novos no começo do ano. Mas a gente vê gestores que tiram os livros do *kit* escolar; porque, na cabeça deles, não se dá esses livros novos para as crianças daquela comunidade. Esse é o racismo da estrutura que a gente tenta enfrentar e criar mecanismos para que as crianças não sejam privadas dos livros.

Vou dar outro exemplo. Quando se instituíram as Unidades Municipais de Educação Infantil (Umeis) em Belo Horizonte, uma política que vinha desde a gestão do Patrus e que era uma inversão de prioridades: pela primeira vez, fazer unidades escolares bem pensadas para a infância. Mas essas escolas vão ser construídas nas periferias, dentro das vilas e favelas. Um primeiro debate, muito forte internamente, foi o da distribuição das vagas. O Grupo de Gênero e Raça teve uma atuação muito forte para destinar 100% das vagas para as crianças mais pobres. Mas isso virou um rebuliço; inclusive, com o argumento de que precisava ter classe média na Umei, porque se não tivesse diversidade, não teria ensino de qualidade. Ora, cadê as crianças faveladas dentro das escolas privadas? As pessoas entendem como o racismo se traduz ali, na hora que você está desenhando a política, que ele vem disfarçado dos discursos acadêmicos de legitimação. Mas o que está ali, na essência, é: “Vão fazer uma escola dessas e colocar lá dentro da favela? E ainda vão dar 100% das vagas para aquelas crianças faveladas?”.

Outro exemplo: foi feito o concurso público para as professoras dessas escolas. Os primeiros aprovados são, em geral, pessoas portadoras de uma melhor formação, que vêm das universidades públicas. Então, as primeiras professoras de educação infantil das Umeis, aprovadas nesse concurso, são mulheres brancas, que, pela primeira vez, vão para as unidades municipais de educação infantil para serem professoras de crianças negras. Nesse contexto, o primeiro grande dilema instaurado foi um drama em relação ao número de luvas que as professoras precisavam usar: “Como vou pegar nessa criança?”. É óbvio que você precisa de luvas para trocar uma criança. Mas o problema foi tão superdimensionado que foi preciso prover uma infinidade de luvas! A gente não estava vivendo em época de pandemia, não tinha nada.

Sempre houve creches comunitárias e nunca tinha tido esse debate no ambiente educacional. Mas era a primeira vez que havia mulheres não negras cuidando de crianças negras. Então, a situação ganha relevância, porque se tratava de pegar no corpo negro, no cabelo das crianças negras. Nosso cabelo e nossa pele eram tidos como coisas sujas. É esse nível de enfrentamento, que acontece quando a gente está fazendo as políticas públicas, que me atinou. A gente precisa

fazer uma reprogramação para não entrar em depressão. E, às vezes, a gente entra mesmo; adocece, porque é muito duro.

Vou falar de mais um fato. No Ministério da Educação, na Secadi, criamos um programa estratégico para viabilizar uma ligação Brasil/África, uma articulação com vários países africanos. Eu participei de um grande encontro com vários ministros e gestores de países africanos, reitores de universidades africanas. Nessa conjuntura, a Secadi e os movimentos populares estavam reivindicando a instituição de um programa de desenvolvimento acadêmico para estudantes negros. Havia uma avaliação e grande pressão, do movimento negro, afirmando que as regras do programa Ciências Sem Fronteiras excluíam um número significativo de estudantes negros. Então, a gente estava batalhando para instituir um outro programa, de aperfeiçoamento acadêmico, para possibilitar a mobilidade estudantil para os estudantes negros, pardos, indígenas, que tinha que ser articulado com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e, em alguma medida, com a Secretaria de Educação Superior (Sesu). E a gente da Secadi encontrou uma grande resistência em outros setores do Ministério da Educação.

Eu participava dessa agenda com os reitores, ao longo de alguns dias, na Bahia. Fechamos apoios e acordos bilaterais. A ideia era fazer um grande guarda-chuva para toda a agenda do Ministério da Educação com os países africanos. Um dos pontos que a gente queria era viabilizar parcerias em projetos de formação e pesquisa, articulando as universidades de países africanos com universidades brasileiras. Era esse um dos eixos do programa.

Na volta para Brasília, no caminho até o aeroporto, todos dentro de uma van, um dos eminentes do alto escalão conta uma piada super racista. Eu e o diretor da área de educação do campo e indígena éramos as duas únicas pessoas negras nessa van, onde tinha todo o alto escalão do governo, todos brancos. E uma das pessoas com quem a gente estava “brigando” por causa do programa para estudantes negros na pós graduação, conta a piada racista. Alguém faz um comentário e ele fala: “Parece que você não é daqui”. Na África do Sul, tem uma piada muito comum dos estádios de futebol. Na época do *apartheid*, os brancos assistiam ao futebol nas arquibancadas e os negros, debaixo dessas arquibancadas. Então, tinha um cara, que não era da África do Sul, doido pra fazer xixi. Outro cara fala para ele: você pode fazer aqui embaixo mesmo. E disse: “Bem se vê que você não é daqui. Porque quem é daqui escolhe um negro para poder urinar, e você urinou em vários”. Eu me lembro que, nessa época, falei com esse diretor que trabalhava comigo: “Olha, essa piada vai custar esse programa”. Essa pessoa vai assinar o decreto instituindo o programa para os jovens negros na universidade. E o programa saiu. Teve gente que chegou a ir para o exterior financiado por esse programa. Toda vez que eu conto essa piada, eu choro. Falar de racismo é isso.

A questão das cotas e o lugar das pessoas negras na paisagem

Vivi, na faculdade, o fato de ser a única mulher negra em uma turma de Serviço Social. Entrei na universidade em um momento que o curso superior ainda era para pouquíssimas pessoas negras. E a universidade pública, um universo mais excludente ainda. Na minha turma da manhã, não tinha outras pessoas negras, eu era a única. A maioria das meninas negras, quando conseguiam entrar na universidade, só conseguiam estudar à noite, pelo mesmo motivo pelo qual passo depois a estudar à noite: preciso trabalhar, de manhã e de tarde, e tenho filhas para criar. Nos últimos dois semestres, já casada e com filhas, quando passo para a turma da noite, aí sim vou ter colegas negras.

Então, penso na minha própria situação. Lá atrás, se houvesse um sistema de cotas, possivelmente eu teria tido acesso ao curso de Farmácia. Quando fiz o curso superior, não se falava em cotas. Quem sempre teve essa agenda e colocou a educação em um lugar muito importante para a emancipação da população negra foi o movimento negro. Desde a Frente Negra até o Movimento Negro Unificado (MNU), o Coletivo de Educadores Negros (Coen) - e vários grupos dos quais a gente participa, a agenda da educação é prioritária e sempre teve esse reconhecimento¹².

No final das contas, quando a gente compara a nota de corte entre cotistas e não cotistas, a diferença é muito pequena. E o resultado na saída, ou seja, do ponto de vista da aprendizagem ao longo do curso e da competência dessas pessoas, mostra que a diferença desaparece. Então, o vestibular existe para criar um funil, para segregar. A ideia de meritocracia é um discurso construído na desmontagem do sistema escravista para legitimar o patrimonialismo institucional – a apropriação do Estado por determinados grupos. As pessoas não põem na balança o esforço individual. Quando você compara a trajetória de um estudante de rede privada e um estudante da rede pública, do ponto de vista do esforço individual, isolando-o, fazendo grupos de controle em relação às condições adicionais que um e outro tem, quem tem mérito é o aluno da rede pública. Ele é quem tem mérito, porque consegue subverter todos os percalços do caminho.

Então, para mim, as políticas de cotas e as ações afirmativas são uma questão de justiça social.

Quando se está falando de políticas públicas voltadas para a população negra, a gente precisa pensar do ponto de vista sistêmico, intervir no conjunto: investir e ter financiamento para creche e para pré-escola; ampliar o tempo das crianças em atividades educativas; ter renda digna

12 A Frente Negra Brasileira (FNB) foi um movimento negro brasileiro, fundado em 16 de setembro de 1931, e reconhecido como partido político em 1936 até o golpe de 1937. O Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, é considerado um marco do ativismo negro brasileiro, pois assinala sua retomada após ter sido desmantelado pela ditadura militar; é até hoje uma das entidades mais importantes do país.

para as famílias, para que elas possam suportar e manter suas crianças fora do trabalho infantil, frequentando as escolas. E a gente tem que ter cotas nas instituições de ensino superior públicas, nos institutos federais, na Fundação João Pinheiro – que, do contrário, seria um curso para jovens brancos, de classe média alta, que teriam lugar cativo no serviço público do Estado de Minas Gerais.

Então, esse debate é também sobre o lugar das pessoas negras na “paisagem”. Temos que ter o direito a nos ver na paisagem. Não é possível que as pessoas achem natural chegar em um país como o Brasil, com 52% da população negra, entrar em um restaurante e não ter nenhuma pessoa negra. Não é possível chegar a uma empresa e, da portaria até o chefe, não ter nenhuma pessoa negra. Como as pessoas não se incomodam? A gente precisa de mais ações. Durante 500 anos, só entraram pessoas brancas. A gente não está pedindo 500 anos do contrário. Defendo políticas afirmativas, porque nosso país se estruturou sobre uma desigualdade planejada. Sobre a exclusão e a hierarquização de uma parte das pessoas, para que outras pudessem acumular as riquezas.

Eu era secretária da Secadi no momento em que aprovamos a Lei de Cotas e pude trabalhar fortemente em sua implementação. Em 2013, criamos o programa Bolsa Permanência para garantir que estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas, pudessem se manter na universidade, para dar condições mínimas para esse estudante estar na universidade. Um jovem quilombola que entra em um curso de Odontologia, em uma universidade federal não tem o que comer, onde dormir, onde morar.

Precisamos de ação afirmativa e não podemos reduzi-las às cotas. Cotas são importantíssimas, mas têm que vir subsidiadas com uma série de outras ações, inclusive apoio emocional para esses jovens, dentro e fora das instituições. A primeira turma de cotistas das universidades brasileiras foi massacrada dentro das instituições. Se o movimento social não tivesse capacidade de auto-organização, para dar suporte para a juventude negra, o racismo teria destruído emocionalmente essas pessoas. E a burocracia tem uma grande capacidade de reproduzir e estabelecer mecanismos de exclusão.

Interseccionalidade e feminismo

Todas essas pautas são interseccionais: não tem jeito de eu tratar de uma questão etnoracial e não entender o que é a pauta de uma mulher negra. As mulheres negras foram as primeiras a chamar a atenção para isto: nas nossas pautas a gente vive um duplo processo de exclusão. Porque o movimento feminista – precisamos dizer, o movimento tradicional branco – está muito distante da agenda da mulher negra. Quando as feministas brancas estavam lutando para ir para o mercado de trabalho, as mulheres negras já trabalhavam há muito tempo, na maioria das vezes, em condições horríveis de subemprego. São as mulheres negras que trabalhavam, e ainda trabalham, na rua: era

a doceira, a baiana que vende a cocada, a que vende o angu, o tropeiro, o acarajé. Sempre foi uma forma de sobrevivência e, inclusive, de luta por emancipação, porque não só trabalhavam, mas muitas vezes usavam esse recurso para ajudar a comprar a alforria de outras pessoas que estavam escravizadas.

No movimento negro, as mulheres vão trazer o debate do machismo dos homens negros, porque o movimento negro também padecia dessa discussão. Os homens negros não deixam de ser machistas. Então, as mulheres negras vão dizer que a nossa luta tem que ser interseccional. Também não adianta lutar pelos direitos das mulheres e não compreender o genocídio dos homens negros; ou não compreender que no feminicídio das mulheres negras, elas são mortas principalmente por seus companheiros, homens negros.

Não dá para a gente não entender que mulheres brancas, muitas vezes, usam o seu lugar de privilégio para excluir as mulheres negras. Por exemplo, nas relações de trabalho, muitas vezes serão privilegiadas ao ocupar determinadas vagas e postos. Outra questão é a do lugar das mulheres negras no trabalho doméstico. Quem, durante anos, garantiu que mulheres brancas pudessem estar no mercado de trabalho? Mulheres negras que ficavam dentro de suas casas, cuidando de seus filhos, muitas vezes sem condição de criar os próprios. Outro dia, fiz uma live com o Mestre de Capoeira Saúva, aqui da região metropolitana de BH. Ele contou que sua mãe era empregada doméstica: “Macaé, durante toda a minha infância, nunca passei nenhum Aniversário e nenhum Natal com a minha mãe porque ela era empregada doméstica. Em todos os meus Aniversários, ela estava trabalhando. E não era liberada no dia do Natal porque tinha que limpar a casa em que trabalhava para fazer o Natal para os filhos dessa senhora. Ela nunca pôde passar o Natal com os próprios filhos”.

Os homens negros

Uma das últimas coisas que escrevo na minha biografia é essa preocupação que também tenho em relação aos homens negros, o lugar que eles têm hoje. Primeiro, pensar do ponto de vista do extermínio da juventude negra, de seus corpos: são os homens negros que estão sendo completamente massacrados. Do ponto de vista das trajetórias, vejo que nós, mulheres, conseguimos fazer uma jornada acadêmica em maior número: há muito mais mulheres do que homens negros bem-sucedidos academicamente. Associado a isso, tem a discussão que a gente tem feito sobre as masculinidades e o lugar delas, e me preocupo com os homens negros nesse sentido. De certa forma, hoje eles ocupam um “não lugar”. Não tem um lugar para esses homens. Isso também acaba sendo traduzido nessa violência enorme que as mulheres negras vivem, pois são esses quem mais violentam as mulheres negras. Se a gente pensar do ponto de vista dos dados sobre o feminicídio no Brasil, ele diminui entre mulheres brancas e aumenta entre mulheres

negras. Então, esses lugares da masculinidade negra e os lugares na sociedade que os homens negros atualmente ocupam, ou não ocupam; é um tema que a gente precisa olhar, cuidar, destacar, pesquisar e entender melhor.

Descobri-me mulher negra desde quando nasci

Venho de uma família que se identifica como negra. Eu, junto com minha mãe, também participei de encontros do movimento negro com mulheres negras de outras gerações, como a Dona Efigênia Pimenta, a Conceição Leal de Uberaba, a Diva Moreira de Belo Horizonte. Tem um grupo de mulheres negras em Minas Gerais, da geração da minha mãe, mais idosas, que se articulavam, faziam encontros, pressionavam os governos para ter políticas. Então, tenho uma origem que faz esse debate. Entretanto, o que eu acho que é mais difícil na nossa trajetória é a gente lidar ou dar conta de externalizar o sofrimento produzido pelo racismo.

Tem um livro que se chama *Tornar-se Negro*¹³. A autora fala do tornar-se negro no sentido de você ir assumindo, se reconhecendo cada vez mais na sua negritude. Mas também assumindo o compromisso de uma atuação, no sentido de usar nosso corpo e nossa voz para dizer como é duro esse processo. Não vou dizer que para mim foi diferente.

Hoje, é importante esse ativismo, todo esse movimento de falar que as mulheres negras podem estar onde quiserem, que a gente precisa abrir espaços, que precisa de espaço de poder e de representatividade. É uma luta no campo simbólico, que se dá no simbólico, mas quer repercutir nas estruturas materiais. Por isso a gente faz uma luta que é com o corpo, com a pele e com uma estética, porque a gente quer desconstruir uma cultura política que não nos enxerga, que não nos quer na paisagem.

As virtudes e pontos fortes das mulheres negras

Gosto de prestar atenção no que está acontecendo no mundo e nas coisas que as mulheres falam. A “filósofa” Jojô Todinho fala assim: “Qualquer tentativa de negação de racismo aqui no Brasil, diante da minha pessoa, ela acaba”. Ela fala assim: “Por quê? Porque eu sou uma mulher negra, tenho o peito grande, sou gorda, falo palavrão, entendeu?” Ela vai elencar uma série de características para falar como a presença dela desconcerta e, ao mesmo tempo, denuncia o racismo que a gente tem aqui no Brasil. Esses dias, andei prestando atenção tentando dialogar com essa figura que é uma mulher suburbana, que não tinha nada, que vai se fazer sozinha, a partir do *funk*. Ela fala: “As pessoas ficam me questionando, ‘a Jojô Todinho, mulher de um sucesso

13 *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (Ed. Graal, RJ-1983), de Neusa Santos Souza, foi um marco nos estudos psicanalíticos e sociológicos acerca da identidade negra brasileira.

só. Pô, gente, eu toquei no Oriente Médio. Uma mulher preta da periferia! Eu tive um *hit*, você sabe o que que é isso? De onde eu vim, ter um *hit* que toca em tudo quanto é lugar do mundo é uma coisa impensável!”. E aí, ela diz isso: “Sabe o que fiz com isso, gente? Reformei a casa da minha avó”. Então, quando penso nas mulheres negras, falo que revolucionaram. A Lélia Gonzales disse: “Uma sobe e puxa a outra”. E a Ângela Davis diz que quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta. Eu acredito nisso. Hoje a gente está vivendo um momento em que a rede social nos deu uma arma bastante poderosa, apesar de ter um monte de defeito, que é a capacidade de nos articularmos para além do nosso território restrito.

Por exemplo, hoje discuto educação, relações raciais em tudo quanto é lugar do Brasil. Nós, mulheres negras, nos encontramos em diferentes lugares e temos feito um movimento de somar, de fortalecermos umas às outras e os bons projetos. De reforçar práticas para ir revertendo e contrapondo um discurso que também é muito forte. Então, é necessário criar um movimento, uma força, para além desses lugares, que se institui pela constituição de redes e pelo nosso ativismo, pela nossa ação civil.



Macaé em atuação na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Fevereiro de 2021.

Crédito: Bernardo Dias / Acervo CMBH.

Uma mensagem e um motivo para ser lembrada

Eu tenho uma marca: falo que sou geneticamente feliz. E no meu livro, explico essa questão da felicidade, a relação disso com a religiosidade, com o samba, o Congado, o Candomblé. É a ideia dos Erês, que são os orixás crianças, que conseguem tudo de uma maneira muito feliz e muito alegre. Terminei meu livro assim: “Penso que estou ajudando as novas gerações a descobrir, a aprender e aprendendo com elas. O que é lindo, embora sofrido. Mas acima de tudo eu sou feliz. A alegria dos Erês me mantém viva”.

Quero ser lembrada como uma mulher feliz. Não de uma felicidade ingênua, mas de uma mulher que viveu muitas dores, muitas esperanças e que mantém a alegria como uma pulsão para ficar de pé e enfrentar os desafios. E que fez da educação e do combate ao racismo a sua agenda prioritária.

Quero ser lembrada, também, de uma maneira muito afetiva pelas pessoas. Gosto de dizer que fui Secretária em diferentes espaços da gestão e que tenho a felicidade de poder voltar a eles. Às vezes, é muito difícil ocupar um cargo na gestão pública e poder voltar aos lugares, ser bem recebida. Em qualquer desses espaços, os funcionários têm um carinho enorme por mim, reconhecem meu trabalho. Isso diz, para mim, de uma tentativa de trazer para esses lugares da política um olhar sobre a humanidade das pessoas e de possibilitar a construção de projetos coletivos.

3

LARISSA

AMORIM BORGES

Larissa Amorim Borges
Jessyka Martins
Matheus Arcelo Fernandes Silva

1. A minha história começa antes de mim

A minha história começa antes de mim, porque tem a ver com as minhas ancestrais. Das minhas origens mais antigas de que tenho notícia e reverencio, por parte da minha mãe Maria Oldete Amorim, me lembro: da minha tataravó Lia, que era indígena, do norte de Minas, que por amor decidiu sair da aldeia para viver com um homem quilombola. Lia foi mãe de Dindinha Patu (Patrocínia) e avó de minha avó Genoveva Rosa de Amorim, que teve como território de vida e sonhos as margens do Rio Trinta e do Rio Mocambo, em Claros dos Poções¹. Já do lado do meu pai, José Evangelista Borges, a pessoa mais antiga de que eu tenho notícia e reverencio é minha tataravó: Maria Segunda, que é de origem portuguesa. Essa família veio da região de São José dos Ferros para Belo Horizonte no final da década de 1940. Minha avó, Maria Trindade, foi uma das primeiras moradoras do Alto Vera Cruz². No Alto, ela pariu Zico, Márcia, Regina, Marta Antônio do Espírito Santo, Roberto, Ronaldo, Paulo Sérgio (Gugu) e Raquel.

1 Município localizado no Norte de Minas Gerais.

2 Bairro da região leste da capital Belo Horizonte.